

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Análise do Projeto de Lei nº 14/2025, que institui o Banco de Ideias no Município de Rio Negro.

Interessado:

Câmara Municipal de Rio Negro – PR

I - Introdução

O Projeto de Lei nº 14/2025, de autoria do Executivo Municipal, propõe a criação do Banco de Ideias no Município de Rio Negro. O objetivo é criar uma plataforma para o recebimento, análise e implementação das sugestões da população, visando aprimorar a gestão pública e promover maior participação cidadã nas decisões municipais. A proposta visa estreitar a relação entre a administração pública e os cidadãos, permitindo que as ideias da comunidade influenciem diretamente as políticas públicas. A proposta reflete diretamente o princípio democrático que norteia a Constituição Federal, onde "todo poder emana do povo e para o povo", conforme disposto pela Constituição Federal de 1988.

II - Análise Jurídica

2.1 Redação

A redação do Projeto de Lei nº 14/2025 está clara, objetiva e bem estruturada. A numeração e divisão dos artigos estão adequadas, facilitando a compreensão e aplicação das normas propostas. A linguagem utilizada é formal e jurídica, conforme exigido para normativas dessa natureza. Não foram identificadas



contradições ou obscuridades que possam comprometer sua execução ou compreensão.

2.2 Técnica Legislativa

O projeto está elaborado de acordo com as normas de técnica legislativa, estabelecendo uma plataforma eficaz para a participação da população nas questões de interesse público. Está em total conformidade com as normas legais que regulam o funcionamento da administração pública municipal, respeitando os princípios da publicidade, transparência e eficiência.

2.3 Coerência

O Projeto de Lei apresenta coerência ao estabelecer um canal de comunicação entre o governo municipal e a população, permitindo que a comunidade participe diretamente da formulação de políticas públicas. O Banco de Ideias possibilita que a sociedade se manifeste de maneira ativa, o que reflete a essência da soberania popular, pois permite ao povo exercer seu poder diretamente ou através de seus representantes eleitos, alinhando-se à Constituição Federal de 1988, que estabelece que "todo poder emana do povo e para o povo".

2.4 Constitucionalidade e Legalidade

A criação do Banco de Ideias está em plena conformidade com os princípios constitucionais da administração pública, especialmente com o princípio da publicidade e o direito à informação garantido no art. 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que assegura a todos os cidadãos o direito de acessar informações sobre a administração pública. O artigo 37 da Constituição Federal também estabelece os princípios de moralidade, eficiência e transparência nos atos administrativos, os quais são plenamente atendidos pela proposta.



A Lei Orgânica do Município de Rio Negro, que regulamenta a organização e a administração pública local, também assegura aos cidadãos o direito de participar das decisões públicas, alinhando-se com o projeto que visa incentivar a participação da população na formulação de políticas municipais.

III - Correlação do Princípio da Soberania Popular com o Banco de Ideias

O princípio da soberania popular, consagrado na Constituição Federal, afirma que "todo poder emana do povo e para o povo", sendo exercido diretamente ou indiretamente através de seus representantes eleitos. O Banco de Ideias proposto no Projeto de Lei nº 14/2025 reflete diretamente esse princípio, pois oferece um meio pelo qual a população pode exercer seu poder diretamente. A participação direta no processo legislativo e na formulação de políticas públicas é um direito fundamental garantido pela Constituição, e o Banco de Ideias proporciona exatamente isso. Ele permite que qualquer cidadão apresente suas sugestões e contribuições, influenciando decisões que impactam o município, o que fortalece a democracia participativa. Esse mecanismo alinha-se com o entendimento de que o povo pode não apenas escolher seus representantes, mas também se envolver ativamente nas questões que afetam seu cotidiano.

Além disso, o projeto também reconhece a participação indireta, já que as ideias apresentadas pelos cidadãos serão analisadas e processadas pelos representantes eleitos, que têm o dever de considerar as sugestões da população em sua atuação legislativa. Assim, a plataforma Banco de Ideias fortalece tanto a ação direta do cidadão quanto o papel de intermediação dos representantes eleitos, sendo ambos pilares do princípio da soberania popular.

IV - Constitucionalidade da Iniciativa Parlamentar

O Projeto de Lei nº 14/2025 é de iniciativa do Executivo Municipal, conforme mencionado em sua proposta. No entanto, a análise da constitucionalidade da



iniciativa parlamentar deve ser feita à luz das competências atribuídas à Câmara Municipal e ao Prefeito Municipal, conforme a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Rio Negro.

Iniciativa do Executivo e do Legislativo:

A Constituição Federal, no art. 61, determina que a iniciativa das leis pode ser de competência do Presidente da República, do Congresso Nacional, dos Tribunais Superiores, do Ministério Público, das Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, e cidadãos (por meio de iniciativa popular).

Em se tratando de matérias de interesse local, como é o caso do Banco de Ideias, o Poder Executivo Municipal tem a competência para propor projetos relacionados à administração pública e políticas públicas no município.

Como o Banco de Ideias não envolve a criação de tributos ou despesas orçamentárias que necessitem de uma iniciativa exclusiva do Executivo Municipal, é plenamente constitucional que o Poder Legislativo Municipal apresente a proposta, conforme as competências legislativas que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município de Rio Negro.

Portanto, a iniciativa parlamentar para este projeto não apresenta inconstitucionalidade, pois a proposta não envolve questões exclusivas do Executivo, sendo uma medida de democracia participativa, que está ao alcance da Câmara Municipal de Rio Negro.

V - Conclusão

O Projeto de Lei nº 14/2025, que cria o Banco de Ideias no Município de Rio Negro, está plenamente em conformidade com a Constituição Federal, com os princípios da transparência, participação cidadã e gestão eficiente, e com a Lei Orgânica do Município de Rio Negro. A proposta não só garante a participação



direta da população, mas também permite que o povo exerça sua soberania de forma ativa, influenciando diretamente a gestão pública.

Além disso, a iniciativa parlamentar é constitucional, uma vez que se enquadra nas prerrogativas do Poder Legislativo Municipal e está em consonância com os princípios constitucionais e legais.

Portanto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifesta-se pelo prosseguimento do Projeto de Lei nº 14/2025, por atender aos requisitos legais, constitucionais e aos princípios da administração pública.

Rio Negro, 28 de abril de 2025

Isabel Cristina Grossi
Presidente CLJR

Geovane de Lima
Relator CLJR

Élcio Josué Colaço
Membro CLJR

